



**PODER LEGISLATIVO - ITAÚNA DO SUL
ESTADO DO PARANÁ**

Situado na Avenida Brasil, nº. 883
CEP – 87980-000 – Centro – Itaúna do Sul – PR
Fone: (44) 3436-1659

<http://www.itaunadosul.pr.leg.br> / CNPJ: 80.611.635/0001-64

PARECER DA COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Assunto: Anteprojeto de Lei nº 38/2023 que visa autorizar o Poder Executivo a autorizar a transferência do imóvel cedido à empresa E.M. DA SILVA ITAUNA ME CNPJ 12.500.332/0001-14 e dá outras providências.

I – RELATÓRIO

Trata-se o presente do Anteprojeto de Lei nº 38/2023, proposto pelo Chefe do Executivo Municipal de Itaúna do Sul, que visa autorizar a transferência do imóvel cedido à empresa E.M. DA SILVA ITAUNA ME CNPJ 12.500.332/0001-14 e dá outras providências.

Segundo consta da mensagem anexa ao Projeto, o mesmo tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a realizar a transferência do imóvel de propriedade do Município de Itaúna do Sul à empresa V DE ALMEIDA SANTANA GAS YPE CNPJ 28.765.489/0001-01, sendo que a finalidade dessa transferência é permitir que a empresa possa dar continuidade às atividades econômicas no referido imóvel, com o compromisso de gerar emprego, renda e contribuir para o desenvolvimento econômico do município.

Consta ainda da mensagem que a escritura definitiva do imóvel ocorrerá nos termos da Lei Municipal nº 1.466/2022, que trata da regularização dos imóveis públicos utilizados por particulares com o objetivo de geração de emprego, renda ou desenvolvimento econômico e que com essa transferência, busca-se se manter a utilização produtiva do imóvel, evitando que fique desocupado ou subutilizado, o que poderia acarretar prejuízos para o município, sendo que a proposta está alinhada com os interesses do município. Foram juntados diversos anexos ao Projeto.

Foi apresentado Parecer Jurídico, datado de 03 de agosto de 2023.

Passo à análise.

II- ANÁLISE

De acordo com o art. 81 do Regimento Interno desta Casa de Leis, compete à Comissão de Obras e Serviços Públicos, opinar nas matérias referentes a quaisquer obras,

 1  



**PODER LEGISLATIVO - ITAÚNA DO SUL
ESTADO DO PARANÁ**

Situado na Avenida Brasil, nº. 883
CEP – 87980-000 – Centro – Itaúna do Sul – PR
Fone: (44) 3436-1659

<http://www.itaunadosul.pr.leg.br> / CNPJ: 80.611.635/0001-64

empreendimentos e execução de serviços públicos locais e, ainda, sobre assuntos ligados às atividades produtivas em geral, oficiais ou particulares.

Conforme dispõe o parágrafo primeiro, do mesmo artigo, a Comissão opinará, também, sobre a matéria do art. 79, § 3º, III, e sobre o Plano de Desenvolvimento do Município e suas alterações, ou seja, nos casos de disposições sobre bens imóveis do Município, como é o caso em tela.

Inicialmente, de acordo com a Lei Orgânica do Município, artigo 46, inciso IV, o Chefe do Executivo é autorizado por lei a propor a matéria para votação e discussão. Sendo assim, não há vício de iniciativa, uma vez que o projeto de lei é proposto pelo Chefe do Executivo, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal por ser de interesse local.

O Parecer Jurídico apresentado ressaltou a necessidade de verificação do comprovado interesse público para evitar a dispensa irregular de licitação, além da verificação do entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná de que a doação com encargos só deve ser utilizada em hipóteses excepcionais e quando constada a impossibilidade ou não vantajosidade da concessão real de uso. Além disso, ressaltou a necessidade de previsão de situações não verificadas no Projeto de Lei, além de inconsistências de redação.

Quanto ao respaldo legal para a matéria ora analisada, observa-se que a Lei de Licitações (art. 17, § 4º, da Lei 8666/93 e art. 76, § 6º da Lei 14.133/2021), deixa evidente que a doação com encargos deverá ser licitada e do seu instrumento constarão obrigatoriamente os encargos, o prazo de seu cumprimento e cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato, podendo ser dispensada a licitação somente no caso de interesse público devidamente justificado.

Por sua vez, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná tem entendimento pacificado de que a doação de bens imóveis com encargos somente pode ser usada em situações excepcionais e desde que constada a impossibilidade ou a não vantajosidade da concessão real de uso, as quais devem ser precedidas de licitação.

Desse modo, pelo o que se observa, não ficou demonstrado o interesse público, pois sequer tentou-se a realização de licitação, já que a transferência do imóvel foi solicitada pelas empresas, em comum acordo, e com a concordância do Executivo, não ficando demonstrada a impessoalidade do ato, um dos princípios da Administração Pública.



**PODER LEGISLATIVO - ITAÚNA DO SUL
ESTADO DO PARANÁ**

Situado na Avenida Brasil, nº. 883
CEP – 87980-000 – Centro – Itaúna do Sul – PR
Fone: (44) 3436-1659

<http://www.itaunadosul.pr.leg.br> / CNPJ: 80.611.635/0001-64

Do mesmo modo, nota-se que a geração de 5 empregos formais pelo período de 10 anos é um retorno muito pequeno ao Município e não demonstra vantajosidade a realização de doação com encargos pretendida de um imóvel avaliado em R\$ 660.000,00, conforme documento anexo ao Projeto.

Do mesmo modo, observa-se que o instrumento particular de cessão em sistema de comodato em anexo ao Projeto não prevê a doação do imóvel. E para a aplicação da Lei 1.466/2022, a empresa EM da Silva Itaúna deveria estar cumprindo os requisitos quando da sua entrada em vigor, o que, segundo nosso ponto de vista, não foi observado, pois os documentos apresentados em 21 de julho de 2023 tratam de outra empresa, com outro responsável e outro CNPJ, cabendo ao Executivo a verificação do cumprimento pela empresa inicial e a resolução do empasse de forma clara e que demonstre respeito ao interesse público.

Além do mais, vale acentuar que o próprio Executivo apresentou anteriormente a este Projeto, o PL nº 27/2023, em que prevê regras bem mais rígidas para a ocorrência de doação com encargos ou concessão de direito real de uso, as quais devem ser precedidas de Licitação.

Por todas essas razões, entende que o Projeto de Lei apresentado não está de acordo com a legislação, entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e nem com os princípios da Administração Pública, razão pela qual opina pela sua não aprovação.

Contudo, caso as demais Comissões ou os demais membros dessa Comissão entendam de modo diverso, observa-se obrigatoriamente a necessidade de alterações ao Projeto, a exemplo da Súmula, em que a segunda palavra autorizar deveria ser alterada para realizar, bem como no artigo 2º, para alterar o inc. II para constar como encargo a geração de, no mínimo, 5 empregos formais, constantes e simultâneos, comprovados por meio de Carteira de Trabalho devidamente assinada e com pagamento de todos os impostos e encargos trabalhistas; alterar o art. 3º, para constar que a escritura pública definitiva será lavrada, após 10 anos de efetivo exercício e geração de empregos na forma estabelecida, devidamente comprovados, acrescentar que é vedado ao cessionário ou donatário subceder o imóvel a outrem, bem como acrescentar que em caso de reversão, o donatário não terá direito a qualquer indenização, inclusive com relação as benfeitorias realizadas, entre outras a serem verificadas pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.



PODER LEGISLATIVO - ITAÚNA DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

Situado na Avenida Brasil, nº. 883

CEP – 87980-000 – Centro – Itaúna do Sul – PR

Fone: (44) 3436-1659

<http://www.itaunadosul.pr.leg.br> / CNPJ: 80.611.635/0001-64

Por fim, ressalta-se que mesmo com as alterações indicações, este Relator entende que não há razão para a aprovação do Projeto de Lei em tela, em razão da ausência de interesse público devidamente comprovado e nos termos da legislação em vigor.

III – VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, observa-se que o projeto não é de interesse público e não respeita os princípios da Administração Pública, não sendo, por isso, oportuno e nem conveniente ao Município de Itaúna do Sul/PR. Portanto, voto pelo não acolhimento da proposição.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 2023.

Vereador CELSO INOCÊNCIO LEITE

Relator da Comissão de Obras e Serviços Públicos

IV – RESULTADO DA VOTAÇÃO

Reunidos os Senhores Vereadores, em 16 de agosto de 2023, após leitura do Parecer do Relator, votaram os vereadores na seguinte ordem:

Israel dos Santos (Presidente): () com o Relator (X) contrário ao Relator

João Paulo Belém (Membro): () com o Relator (X) contrário ao Relator

Resultado: Os vereadores votaram da seguinte forma: (1) votos pela aprovação e (2) votos pela reprovação do Parecer, ficando o parecer: () APROVADO (X) REPROVADO

Vereador ISRAEL DOS SANTOS

Presidente da Comissão de Obras e Serviços Públicos

Vereador CELSO INOCÊNCIO LEITE

Relator da Comissão de Obras e Serviços Públicos

Vereador JOÃO PAULO BELÉM

Membro Comissão de Obras e Serviços Públicos